

**Análise crítica de alguns problemas identificados na  
revisão do *Dicionário Prático de Expressões e Locuções*:  
uma experiência na Soregra Editores**

**João Afonso**

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da  
Linguagem, área de especialização de Consultoria e  
Revisão Linguística**

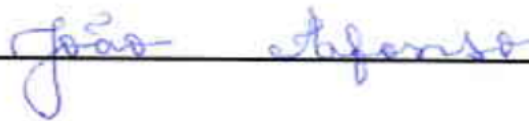
**Março, 2019**

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Ciências da Linguagem, área de especialização de Consultoria e Revisão Linguística, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Madeira.

## Declaração

Declaro que este Relatório de Estágio é o resultado da minha experiência pessoal. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

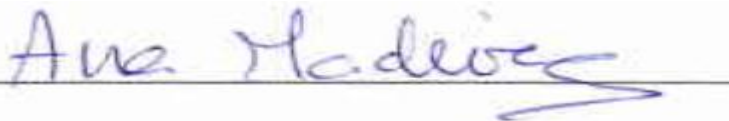
O candidato



---

Lisboa, 09 de Abril de 2019

A orientadora



---

Lisboa, 09 de Abril de 2019

À minha família e à Dra. Maria Helena dos Santos Miguel

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por me ter dado muita saúde ao longo da formação e por concluir mais uma etapa de uma formação.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Madeira, por toda a ajuda, disponibilidade e pelos comentários pertinentes.

A todas as professoras do Mestrado em Ciências da Linguagem, área de especialização de Consultoria e Revisão Linguística.

À Soregra Editores, na pessoa do Sr. Ricardo Ribeiro, pela oportunidade de estágio dada.

Ao Manuel Monteiro, pelos ensinamentos.

Aos meus colegas, pela amizade, cooperação e companheirismo.

A todos que contribuíram na minha formação direta ou indiretamente.

## **Resumo**

Este relatório foi elaborado no âmbito do estágio curricular realizado na Soregra Editores durante um período de três meses. Descreve a experiência vivida ao longo do estágio e apresenta uma reflexão crítica acerca dos problemas que identifiquei aquando da revisão do *Dicionário Prático de Expressões e Locuções* (DIPEL), bem como acerca das propostas de correção, baseadas em diferentes instrumentos de normalização e divulgação linguística. Neste trabalho, na primeira parte, foi caracterizada a instituição de acolhimento, falou-se das atividades desenvolvidas ao longo do estágio, e do papel do revisor nesta editora. Na segunda parte, foram analisados aspetos relacionados com a ortografia (acentuação gráfica, uso de maiúsculas e minúsculas, uso do hífen e pontuação) e alguns aspetos morfossintáticos (concordâncias e contração de preposições, entre outros).

**Palavras-chave:** revisão, papel do revisor, ortografia, sintaxe.

## **Abstract**

This report was prepared under the traineeship held at Soregra editors over a period of three months. It describes the traineeship experience and presents a critical analysis of the problems identified in the revision of the *Practical Dictionary of Expressions and Phrases* (DIPEL), as well as the correction proposals, based on different instruments of linguistic standardization and dissemination. In the first part of this report, the host institution is characterized, the activities developed during the traineeship are described, and the role of the reviewer is discussed. In the second part, we analyze certain aspects related to spelling (graphic accents, use of upper and lowercase, hyphen usage and punctuation) and some morphosyntactic aspects (agreement and contraction of prepositions, among others).

**Key words:** revision, role of the reviewer, spelling, syntax.

## Índice

Declaração .....	iii
Agradecimentos .....	v
Resumo .....	vi
Abstract.....	vii
1. Introdução.....	1
2. Caracterização da instituição de acolhimento (Soregra Editores) e descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio .....	2
2.1. Caracterização da instituição de acolhimento .....	2
2.2. Descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio .....	2
3. O revisor e a sua importância no contexto editorial.....	4
4. Análise dos problemas encontrados no <i>Dicionário Prático de Expressões e Locuções</i> (DIPEL) e propostas de correção.....	6
4.1. Ortografia.....	6
4.1.1. Acentuação gráfica .....	8
4.1.2. Uso de maiúsculas e minúsculas .....	11
4.1.3. Uso do hífen .....	12
4.1.3.1. Em estrangeirismos.....	12
4.1.3.2. Em palavras prefixadas ou compostas portuguesas.....	14
4.1.4. Pontuação .....	15
4.1.4.1. Vírgula .....	16
4.1.4.2. Ponto .....	17
4.2. Sintaxe.....	18
4.2.1. Concordâncias .....	18
4.3. Outros problemas identificados.....	21
4.3.1. Uso do itálico.....	21

4.3.2. Desarticulação do significado.....	22
5. Considerações finais.....	24
Anexos.....	i
Anexo 1: Catálogo da Soregra Editores.....	i
Anexo 2: Protocolo de estágio.....	ii

## 1. Introdução

O Mestrado em Ciências da Linguagem, área de especialização de Consultoria e Revisão Linguística, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é considerado concluído após o cumprimento da componente não letiva, que pode ser uma dissertação, um trabalho de projeto ou um estágio numa instituição pública ou privada e após apresentação e defesa de uma das modalidades escolhidas pelo estudante.

Atendendo às minhas ambições profissionais e académicas, optei pelo estágio, que se formalizou através do Protocolo de Acordo entre a FCSH-UNL e a Soregra Editores, aprovado pelas entidades responsáveis de ambas as instituições. O estágio teve início previsto em 01 de outubro de 2018, com término em 20 de dezembro do mesmo ano, com um total de 400 horas, perfazendo três meses, de acordo com regulamento de Mestrado em Ciências da Linguagem. Teve como objetivo adquirir conhecimentos no ramo editorial e desenvolver competências na área de revisão de textos.

Este relatório do estágio curricular foi elaborado tendo em conta o contexto descrito acima, com os objetivos de descrever a experiência adquirida no estágio efetuado na Soregra Editores e demonstrar também a contribuição da consultoria e revisão linguística nessa empresa. Ao longo da revisão do *Dicionário Prático de Expressões e Locuções* (DIPEL), foram identificados vários problemas, dentre os quais selecionamos os seguintes para uma análise crítica: acentuação, uso de maiúsculas e minúsculas; uso da vírgula e do ponto; concordância, contração de preposições; uso do hífen, o uso do itálico e articulação do significado. Esta análise é fundamentada com os instrumentos de normalização e de divulgação linguística, isto é, os problemas foram descritos tendo em conta as recomendações destes instrumentos e utilizando os exemplos dos autores consultados. A seleção de alguns tópicos foi motivada pelo número de ocorrências no dicionário em análise e outros pela importância que têm na linguagem escrita deste tipo de texto, por ser uma modalidade formal, que obedece geralmente à variedade padrão da língua. Por outras palavras, a linguagem escrita deve estar em conformidade com as normas gramaticais e de ortografia dos gramáticos e dicionaristas.

Quanto à estrutura, o presente relatório está composto por cinco secções. Após esta introdução, apresenta-se, na secção 2, uma caracterização da instituição de acolhimento e uma descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio. Na secção 3, procede-se a uma reflexão sobre o papel e a importância do revisor no contexto editorial. A secção 4

apresenta a análise dos problemas identificados no DIPEL e as propostas de correção. Finalmente, na secção 5, apresento as considerações finais ou conclusões a que cheguei depois de um longo percurso de trabalho.

## **2. Caracterização da instituição de acolhimento (Soregra Editores) e descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio**

### **2.1. Caracterização da instituição de acolhimento**

O estágio foi realizado na sede da **Soregra Editores**, na Rua Prof. Dr. Jorge Mineiro, n.º 28-A, 2730-147, rés-do-chão, em Queluz de Baixo, Barcarena.

A Soregra Editores foi fundada em 1992 como uma editora vocacionada para edição de material escolar e didático: manuais escolares e livros de literatura infantil para o enriquecimento da qualidade de ensino, com a edição e conceção de materiais e artigos inovadores, no intuito de promover a qualidade da educação em Portugal. Tenha-se como exemplo a edição e a conceção, em parceria com o Instituto Geográfico Português (IGP), do mapa de Portugal em relevo, um documento ímpar, de crucial importância na perceção da morfologia de todo o país.

No ano letivo 2017/218, iniciou-se a coleção Metal Final, que visa a preparação para a Prova Final do 1.º Ciclo, a qual se teve o cuidado de direccionar para a avaliação sumativa, de acordo com as normas do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE).

A editora trabalha fundamentalmente com autores e ilustradores portugueses e apresenta um catálogo que engloba não só edições escolares — manuais do Pré-escolar, 1.º a 4.º anos, metas finais do 2.º a 4.º anos, provas certas do 6.º e 9.º anos, gramáticas de português do 1.º Ciclo, *Dicionário de Erros Frequentes da Língua*, *Mapa de Portugal em Relevo* e *Pensa e Resolve*, do 1.º a 4.º anos — como também literatura (geral) e infantil, que conta com um conjunto variado de obras. Para finalizar, a edição e a distribuição de materiais escolares e de literatura infantil constituem a atividade principal da Soregra Editores.

### **2.2. Descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio**

No período de estágio, desenvolvi as minhas atividades no Departamento Editorial da Soregra Editores, encabeçado pelo Sr. Ricardo Manuel da Silva Ribeiro, responsável do setor e meu orientador. Na realização das tarefas, tive em conta dois aspetos que foram

fundamentais no exercício das minhas atividades: os conhecimentos adquiridos na componente letiva e as orientações do supervisor que me acompanhou em todas as tarefas.

Como estagiário, no primeiro dia, fui apresentado aos colegas e conheci alguns setores, como, por exemplo, a sala dos editores e dos revisores e o depósito da editora. No segundo dia, foi-me apresentado o material com o qual ia trabalhar (computador e alguns instrumentos de normalização e divulgação linguística) e acompanhei a elaboração de capas de alguns manuais escolares, que consistia na colocação de fotografias e de outros arranjos gráficos através do programa informático *Adobe in Design*.

No terceiro e nos dias subsequentes, concentrei-me na revisão da primeira prova do *Dicionário Prático de Expressões e Locuções (DIPEL)*. É um dicionário de expressões e locuções correntes portuguesas, com alguns estrangeirismos. Este instrumento é da autoria de Abel Virgílio, antigo professor, formador e inspetor principal do Ministério da Educação de Portugal. Foi editado em 2018 pela Soregra Editores. Os seus objetivos são contribuir para o desenvolvimento da lexicografia portuguesa e fornecer informações ortográficas e explicações de um vasto conjunto de expressões e locuções da linguagem corrente. Destina-se a todos os falantes da língua portuguesa, isto é, pode ser usado por pessoas que têm conhecimentos aprofundados de língua portuguesa ou pessoas formadas nas áreas de línguas, literaturas, tradução e linguística e utentes comuns da língua portuguesa.

Quanto à sua composição, terá aproximadamente 1070 páginas. Os verbetes ou as unidades lexicais são apresentadas em *bold* e separadas das suas explicações por espaço de um centímetro. Não têm transcrição fonética, registo de datação, etimologia/origem, informação gramatical nem exemplos contextuais. As explicações são separadas por vírgulas.

O DIPEL foi-me apresentado em suporte digital e o trabalho de revisão foi realizado em formato *Word*. Neste processo, foram revistos concretamente aspetos ligados à ortografia (acentuação gráfica, uso de minúsculas e maiúsculas), à pontuação (vírgula e ponto), aos aspetos morfossintáticos (concordâncias e contração de preposições) e a outros casos (itálico e desarticulação do significado).

Quanto aos critérios de revisão, orientaram-me que revisse o DIPEL cumprindo algumas linhas orientadoras. No decorrer do processo, os problemas relacionados com a ortografia e a pontuação foram corrigidos no corpo do texto, sem qualquer comentário; em relação aos outros, como, por exemplo, os da morfossintaxe, fui orientado a sugerir uma

proposta de revisão, fundamentando-a com base nos instrumentos de normalização e de divulgação linguística como dicionários, gramáticas e prontuários de referência.

No que diz respeito às ferramentas, foram usadas as seguintes:

1. **Gramáticas:** Cunha & Cintra (2015); Azeredo (2012); Bechara (2009); Mateus et al (2003);
2. **Dicionários:** Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2003); Grande Dicionário da Língua Portuguesa (1991); Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001); Petit Robert (2007); Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English (1948); Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (<https://dicionario.priberam.org/>); Infopédia Dicionário de Língua Portuguesa (<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>);
3. **Outros instrumentos de divulgação e de normalização linguística:** Pinto (2011); Peres & Mória (1995 (2003)) e Guia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) ([www.portoeditora.pt/acordo-ortografico](http://www.portoeditora.pt/acordo-ortografico));

Os instrumentos em 1), as gramáticas, foram usados para suporte da fundamentação das propostas de revisão ligadas, sobretudo, à pontuação e à morfossintaxe. Os dicionários, em 2), serviram para confirmação de definições, conceitos ou esclarecimento de expressões, palavras e locuções já dicionarizadas. Os outros instrumentos de divulgação e normalização linguística, em 3), foram usados para esclarecer questões ligadas à ortografia, pontuação, alguns aspetos morfossintáticos e outros casos, nomeadamente o uso do hífen e do itálico.

### **3. O revisor e a sua importância no contexto editorial**

A prática de revisão de textos não é uma atividade nova. Ela existiu, existe e sempre existirá em qualquer atividade social, desde que haja produção de textos escritos, em todos os domínios da vida em sociedade: militar, náutico, literário, fúnebre, religioso, comunicacional, educacional, industrial, jurídico, hospitalar, comercial, empresarial, policial, cultural, cinematográfico, futebolístico e noutros da sociedade letrada em que o homem desenvolve as suas atividades. Contudo, a profissão de revisor de textos é ainda muito nova, sobretudo no contexto da lusofonia, e é pouco conhecida no mercado de trabalho, ou seja, essa profissão está a dar os seus primeiros passos para se afirmar na sociedade como as outras profissões que conhecemos.

Os materiais publicados diretamente nesta área são muito poucos. É raro encontrá-los disponíveis nas livrarias ou noutros sítios que comercializam livros/manuais, como acontece com os materiais das outras áreas profissionais.

Tendo em conta a realidade expressa acima, quem será o revisor profissional de textos?

O revisor profissional é um leitor crítico de textos que verifica o cumprimento das normas linguísticas estabelecidas nos instrumentos de normalização e de divulgação linguística e os outros mecanismos não linguísticos que ajudam na construção de textos como um todo coeso, com o intuito de garantir uma maior qualidade textual e facilitação de interação do autor com o público-alvo. Por outras palavras, o revisor é o profissional que, através de uma leitura clínica de textos, verifica os aspetos estruturais e gráficos: organização/divisões de secções ou capítulos, citações, notas de rodapé, regras de translineação, uso do *bold*; ortográficos (acentuação, uso de maiúsculas e minúsculas, gralhas, uso de sinais auxiliares da escrita (til e cedilha), o acordo ortográfico adotado, se é o de 1945 ou 1990); pontuação; aspetos morfossintáticos (concordância e contração de preposições) e o conteúdo temático, que é a informação veiculada no texto.

Quanto ao seu papel em contexto editorial, o revisor desempenha uma função fundamental, na medida em que lhe é atribuída a missão de rever todos aspetos relacionados com as normas linguísticas e com os outros mecanismos não linguísticos que asseguram a qualidade dos textos editados nessa instituição. Dito de outro modo, embora haja atualmente, com o desenvolvimento da tecnologia, *software* que possa corrigir automaticamente os aspetos mencionados no parágrafo anterior, esses programas não têm o poder de substituir o revisor, por causa da sua correção mecânica, isto é, esses instrumentos limitam-se a corrigir aspetos linguísticos ou não linguísticos para os quais foram programados, ou seja, não são capazes de encarar um texto como uma prática de linguagem situada (Bronckart, 1997/1999). Por outras palavras, *o software* não é capaz de tomar em consideração contexto no qual foi produzido o texto, os seus objetivos de comunicação, o público a que se destina o texto; não conhece o seu autor (nem pode interagir com ele) e não domina o sistema linguístico em que foi escrito o texto nem o seu funcionamento.

Já o revisor, como ser pensante e formado na área, possui competências linguísticas e textuais essenciais que lhe permitem avaliar e melhorar a qualidade dos textos através do seu agir pela linguagem (Fidalgo 2014), ou seja, o revisor tem a consciência de que um texto

corresponde às práticas de linguagem numa situação específica, razão pela qual, na sua correção, tem em conta o contexto da sua produção, o respeito pelo seu produtor (autor), o público-alvo, o domínio do sistema linguístico em que foi produzido o texto e o funcionamento da língua, acompanhando a sua dinâmica ao longo dos tempos. Por outras palavras, o revisor de textos, numa editora, é o profissional responsável pela correção ou pelo ajuste das “imperfeições” encontradas nos materiais a serem publicados. Em síntese, este profissional deve ser alguém com conhecimentos profundos da língua e atento às constantes mudanças da língua. Em resumo, ser revisor nesse organismo é abraçar a responsabilidade de prestar atenção a todos os aspetos que formam o texto, linguísticos e não linguísticos, isto é, rever a macroestrutura textual (composição organizacional e estrutural do texto), a super e a microestrutura ou mecanismos de textualização (organização do conteúdo temático ou tematizado e os processos de coesão e coerência textual), a fim de contribuir positiva e qualitativamente na produção dos seus materiais e na consolidação do seu bom-nome no mercado editorial.

#### **4. Análise dos problemas encontrados no *Dicionário Prático de Expressões e Locuções (DIPEL)* e propostas de correção**

Na primeira parte do presente relatório, nas secções 2 e 3, foram referidos aspetos mais gerais relacionados com a caracterização da instituição de acolhimento, a descrição das atividades desenvolvidas no estágio, e a importância do revisor na Soregra Editores. Nesta parte, falar-se-á dos problemas identificados durante a revisão da primeira prova do DIPEL<sup>1</sup>. No entanto, como neste trabalho não se vão abordar todos os problemas identificados, por limites de espaço, analisar-se-ão somente os problemas ligados à ortografia (acentuação, uso de maiúsculas e minúsculas e o uso do hífen), pontuação (vírgula e ponto), alguns aspetos da morfossintaxe (a concordância, contração de preposições) e o uso do itálico, que considero importantes para este relatório, e apresentarei também algumas propostas de revisão, com base nos instrumentos de normalização e divulgação linguística consultados.

##### **4.1. Ortografia**

Segundo Silva (1998), o vocábulo “ortografia” deriva do grego e é composto pelo prefixo “orto”, que significa “direto [correto]” e o vocábulo “grafia”, que transmite a ideia de “ação de escrever”. Machado (1991) considera-a como parte da gramática tradicional,

---

<sup>1</sup> Doravante usar-se-á o acrónimo DIPEL.

que se dividia em etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia, tendo esta última a função de ensinar a escrever corretamente as palavras de uma língua. No Dicionário Terminológico, a ortografia é entendida como um “sistema convencionado de regras que estabelecem, para uma determinada língua, a grafia correta das palavras e o uso dos sinais de pontuação.” Silva (1998:1) acrescenta que “a ortografia funciona como um recurso capaz de “cristalizar” na escrita as diferentes maneiras de falar dos usuários de uma mesma língua e a forma correta das palavras é sempre uma convenção, algo que se define socialmente”.

Na língua portuguesa, por exemplo, registam-se atualmente duas convenções ortográficas. O Acordo Ortográfico de 1945, que foi assinado em Lisboa em 6 de outubro entre Academia das Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras, lançou as bases ortográficas do português para todos os territórios portugueses, ou seja, vigorou em Portugal, nas suas províncias ultramarinas e no Brasil. Por outro lado, o Acordo Ortográfico de 1990, mais conhecido por Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, é um tratado internacional que tem como objetivo criar uma ortografia oficial unificada para a língua portuguesa a ser usada por toda a lusofonia. Noutras palavras, o seu objetivo é extinguir as duas normas ortográficas oficiais divergentes (a do Brasil e a dos restantes países de expressão portuguesa) que existiam para o português para melhorar o prestígio deste idioma internacionalmente. Foi assinado pelos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, e pela região autónoma de, em 16 de dezembro de 1990 em Lisboa. Porém, apesar de todos os países mencionados terem assinado este tratado, nem todos o ratificaram. É o caso de Angola e Moçambique.

Em Portugal, o Novo Acordo Ortográfico entrou em vigor em 13 de maio de 2009. Esta data assinala também o começo de um período transitório de seis anos, em que os acordos de 1945 e de 1990 seriam usados simultaneamente. Os documentos oficiais, como normas, orientações ou outros documentos provindos das diversas entidades públicas, bens culturais e outros recursos didático-pedagógicos oficiais apareceriam escritos somente com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 depois dos seis anos previstos como período de transição.

Nesta subsecção do trabalho, analisar-se-ão problemas ortográficos relacionados com a acentuação, o uso das maiúsculas e minúsculas e o uso do hífen identificados no DIPEL. Verificou-se que muitos destes aspetos aparecem escritos ainda com a convenção de 1945, o que contrasta com a atual realidade ortográfica portuguesa, na medida em que,

como foi referido acima, o AO<sup>2</sup> de 1990 entrou em vigor em 2009 em Portugal e já foi ultrapassado também o período de transição em que se permitia o uso simultâneo dos dois acordos ortográficos. Deste modo, os textos produzidos no presente, em Portugal e nos outros países que ratificaram e implantaram oficialmente o AO de 1990, devem ser escritos com base neste tratado. Os tópicos selecionados são geralmente os que mais suscitam dúvidas neste acordo, razão pela qual serão discutidos aqui.

#### **4.1.1. Acentuação gráfica**

Os sistemas de escrita alfabética são representados por um conjunto de sinais convencionais, que são as letras e dígrafos que representam os sons da fala, incluindo os sinais auxiliares superescritos às letras, os acentos, que assinalam a proeminência de uma sílaba dentro da palavra ou diferenças de timbre vocálico (Duarte 2000). Na língua portuguesa existem três acentos gráficos (agudo, grave e circunflexo), que se colocam sobre a sílaba tónica, no caso do agudo e do circunflexo, ou, no caso do grave, indicam a contração da preposição “a” com o determinante artigo definido feminino (singular ou plural) “a(s)” ou com os demonstrativos “aquele(a)(s)” e “aquilo”, segundo as regras contidas nos diversos instrumentos de normalização linguística (Azeredo (2012), Pinto (2011), Bechara (2009), Guia do Novo Acordo Ortográfico, Base XII, entre outros).

Segundo Cunha & Cintra (2015), as palavras, em português, são distribuídas em três grupos no que diz respeito à acentuação: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. As oxítonas são aquelas em que o acento tónico recai na última sílaba; nas paroxítonas, o acento tónico recai na penúltima sílaba e, nas proparoxítonas, o acento tónico recai na antepenúltima sílaba. Bechara (2009) e Pinto (2011), entre outros, acrescentam as denominações de ‘aguda’ para as oxítonas, ‘grave’ para as paroxítonas e ‘esdrúxulas’ para as proparoxítonas.

Aqui vão apresentar-se algumas palavras com problemas de acentuação identificadas no DIPEL. Em alguns casos, são palavras que, de acordo com a norma, deviam ser acentuadas graficamente (1); noutros casos, são palavras que não deviam ser acentuadas graficamente (2); noutros ainda, trata-se de palavras que contêm mais de um acento gráfico (3), o que não é possível na língua portuguesa; e, finalmente, incluem-se palavras que contêm uma troca do acento agudo pelo grave ou vice-versa (4).

Vejamos os exemplos abaixo:

---

<sup>2</sup> Doravante usar-se-á esta sigla.

1. *cicharo* (p.64), *publico* (p.27), *parentesis* (p.41), *juízo* (p.102), *friura* (p.53), *caírem* (p.240), *lençois* (p.479);
2. *rôtos* (p.18), *côrte* (p.464), *sosséga* (p.30), *pôrra* (p.84), (p.240), *tróia* (p.439), *tramóia* (p.458), *rambóia* (p.126), *tróica* (p.308), *cóio* (p.572), *lambisgóia* (p.631), *bóia* (p.648), *pêra* (p.66), *pára-brisas* (p.580), *pêlo* (p.621), *zézinho* (p.486), *pezinhos* (p.290), *perú* (p.481), *cú* (p.50), *raíz* (p. 293);
3. *télélé*, (p.431), *bébé* (p.474), *lélé* (p.481), *xéxé* (p.487), *forrobódó* (p.128), *gágá* (p.559), *cacáracá* (p.803);
4. *á volta de* (p.47), *andar á cata* (p.74), *andar á sirga* (p. 86), *á partida* (p.542), *ás quatro* (p.613), *ninguêem* (p.679), *á tarde* (p. 679), *pês* (p.737), *á vaca fria* (p.1060).

Nos exemplos em 1), na proposta de correção, acentuaram-se graficamente as palavras *chícharo*, *público* e *parêntesis* por serem vocábulos proparoxítonos. Segundo o AO (1990:22, Base XI), acentuam-se “as palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tónica/tônica as vogais grafadas *a*, *e*, *o* e ainda *i*, *u* ou ditongo oral começado por vogal aberta”. As palavras *friúra*, *juízo* e *caírem* devem também ser acentuadas graficamente, porque as vogais *u* e *i* são tónicas, sendo antecedidas de vogais (*i*, *u* e *a*, respetivamente) com as quais não formam ditongos; ou seja, o acento, neste caso, assinala o hiato nestas palavras paroxítonas (AO 1990:20, Base X, 1.º Artigo). Finalmente, a palavra *lençois* foi acentuada graficamente por ser uma oxítone com ditongo aberto grafado *oi* seguido de *s* (cf. AO 1990).

Quanto às palavras em 2), nos vocábulos *rotos*, *corte*, *sossega* e *porra*, retiraram-se os acentos gráficos por serem palavras graves que não terminam em *i* nem *u*, ou seja, só se acentuam “os vocábulos paroxítonos finalizados em *i* ou *u*, seguidos, ou não, de *s* (Cunha & Cintra 2015, p.88)”. Nas palavras *troia*, *tramoia*, *ramboia*, *troica*, *coio*, *lambisgoia*, *boia* eliminou-se o acento agudo, pois, à luz do Novo Acordo Ortográfico (1990, Base IX), as palavras paroxítonas com ditongo aberto *oi* deixaram de ter acento gráfico quando não estão em final de sílaba. Em *pera*, *para-brisas* e *pelo*, eliminou-se o acento agudo, porque, segundo o AO (1990:19, Base IX), “prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respetivamente vogal tónica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas”. Eliminou-se igualmente o acento agudo nos vocábulos *ZeZinho* e *pezinhos* por serem palavras derivadas que contêm sufixos iniciados

por *z* (cf. AO). Eliminou-se igualmente o acento agudo nos vocábulos *Zezinho* e *pezinhos* por serem palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por *z* (cf. AO). Além disso, estas são palavras paroxítonas e, por terminarem em *o(s)*, não são acentuadas graficamente. Finalmente, em *peru*, *cu* e *nu*, eliminou-se o acento agudo por serem oxítonas terminadas em *u*. Segundo o AO (1990:15, Base VIII, 1.º Artigo, a)), são acentuadas graficamente “as palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas abertas grafadas -a, -e ou -o, seguidas ou não de *s*”.

Identificaram-se também casos com três ou dois acentos gráficos agudos na mesma palavra, como consta em 3) — *telelé*, *bebé*, *lélé*, *xexé*, *forrobodó*, *gagá*, *cacaracá* —, que foram eliminados na antepenúltima e na penúltima sílaba, por serem palavras agudas terminadas em *e* aberto (Cunha & Cintra 1984). No português padrão, nenhuma palavra de base morfológica portuguesa ou adaptada à morfologia portuguesa é assinalada com mais de um acento gráfico, ao contrário do que acontece, por exemplo, na língua francesa.

Em 4), *á volta de* (p.47), *andar á cata* (74), *andar á sirga* (p. 86), *á partida* (p. 542) *ás quatro* (p.613), *á tarde* (p. 679), *á vaca fria* (p. 1060), existe uma troca de função do acento agudo. Dito de outro modo, o acento agudo usa-se para indicar vogais tónicas fechadas *i*, *u* ou vogais tónicas abertas e semiabertas *a*, *e*, *o*, seguidas ou não de *s*, e também se usa nas palavras agudas terminadas em *em/ens* com mais de uma sílaba. Nas palavras *ninguèm* e *pès* também existe uma troca de função do acento grave, pois este usa-se na “contração da preposição *a* com as formas femininas do artigo ou do pronome demonstrativo *o (à)* e na contração da preposição *a* com os demonstrativos *aquêle*, *aquela*, *aquêles*, *aquelas* e *aquilo* ou ainda da mesma preposição com os compostos *aqueloutro* e suas flexões: *àquêle(s)*, *àquela(s)*, *àquilo*; *àqueloutro(s)*, *àqueloutra(s)* (AO 1990, Base XII, 1.º Artigo).

Em síntese, dos aspetos analisados nesta subsecção, *três* correspondem diretamente às mudanças do AO de 1990: eliminação do acento agudo nas palavras paroxítonas com ditongo aberto *oi* quando não estão em final de sílaba (*tróia*, *tramóia*, *rambóia*, *tróica*, entre outras); eliminação do acento agudo ou circunflexo nas palavras graves para distingui-las das suas homógrafas proclíticas, tendo vogal tónica aberta ou fechada (*pêra*, *pára-brisas* e *pêlo*) e eliminação do acento agudo nas palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por *z* (*Zezinho* e *pezinhos*). Os outros aspetos, apesar de estarem ligados à acentuação, são desvios que não advêm do AO de 1990. (*rôtos*, *côrte*, *soiséga*, *cicharo*, *publico*, *parentesis*, *télélé*, *bébé*, *lélé*, *ninguèm*, *pès*, entre outras), ou seja, não os erros não estão relacionados

com as mudanças introduzidas pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde 2009 em Portugal.

#### **4.1.2. Uso de maiúsculas e minúsculas**

O uso de letras maiúsculas ou minúsculas é uma das áreas da ortografia da língua portuguesa em que qualquer utente pode ter dúvidas ao longo da escrita de qualquer texto, razão pela qual o revisor, no exercício da sua profissão, deve necessariamente prestar a atenção a este aspeto.

Em português, existem várias situações para o uso das letras maiúsculas e minúsculas. Nesta secção, apresentar-se-ão algumas normas do seu uso.

A letra maiúscula inicial, segundo o AO de 1990, Base XIX, 2.º Artigo pode ser usada, por exemplo, nos seguintes casos:

- i. Antropónimos/antropônimos, reais ou fictícios: Pedro, Rosa, Maria;
- ii. Topónimos/topônimos: Lisboa, Santarém, Luanda;
- iii. Nos nomes que designam instituições: Universidade Nova de Lisboa;
- iv. Nos nomes de festas e festividades natalícias: Natal, Ramadão, Carnaval.

Já a letra minúscula é usada:

- i. Nas palavras comuns que se encontram no interior da frase (livro, telemóvel);
- ii. Nos nomes dos dias de semanas, também dos meses e das estações do ano (segunda-feira, janeiro, primavera);

No caso dos títulos de livros, jornais, revistas, obras artísticas, nomes de pontos cardeais e colaterais, início de versos, em categorizações de logradouros públicos, de templos e de edifícios, o uso das letras maiúsculas ou minúsculas é facultativo. (cf. AO 1990, Base XIX. Este tratado ainda observa que o uso de maiúsculas e minúsculas não se pode limitar às disposições contidas nele, isto é, dá uma possibilidade a algumas áreas do saber ou entidades de as usarem de acordo com as suas convenções internas ou necessidades. Portanto, o revisor deve ter cautela na revisão destes aspetos, para evitar hipercorreções. É importante ainda referir que as mudanças introduzidas pelo AO registam-se em (ii), referentes ao uso da inicial minúscula.

Apresento aqui alguns exemplos retirados do DIPEL do uso indevido de:

**5. Maiúsculas:** *ao Deus-dará* (p.77), *Ave-Maria* (p.189), *Mundo* (p.796), *Zé-Pereira* (p.1070), *Zé-povinho* (p.1070), *Zé-piegas* (p.1070), *Zé-povinho* (p.1070), *Zé-quitólis* (p.1070);

**6. Minúsculas:** *colégio militar* (p. 97), *duracell* (p.455), *ourique* (p.810).

Nos exemplos em 5), tendo em conta a abordagem que se fez, propôs-se que as palavras fossem escritas com iniciais minúsculas: *ao deus-dará*, *ave-maria*, *mundo*, *zé-pereira*, *zé-povinho*, *zé-piegas*, *zé-povinho*, *zé-quitólis*, por serem nomes equivalentes aos vocábulos da língua nos usos correntes (cf. AO 1990, Base XIX, 1.º Artigo)

Já em 6), *Colégio Militar*, *Duracell* e *Ourique* propôs-se que fossem escritas com iniciais maiúsculas<sup>3</sup>, porque a primeira palavra é nome de uma instituição, a segunda é marca de um produto e último é topónimo.

#### **4.1.3. Uso do hífen**

O uso do hífen é outro problema que foi identificado no DIPEL ao longo do estágio. Em alguns casos, houve uso indevido do hífen entre elementos de palavras prefixadas e compostas. Noutras situações, não foi usado o hífen para formar palavras com base nas normas dos instrumentos de normalização linguística, como se vai atestar nas palavras que serão retiradas do DIPEL. Nesta parte do trabalho, abordar-se-á a questão, dividindo-a em uso do hífen em estrangeirismos e em palavras prefixadas ou compostas portuguesas.

##### **4.1.3.1. Em estrangeirismos**

Gonçalves et al. (2011:2), numa abordagem mais normativa, defendem que *estrangeirismo* é um termo que “vem a ser o emprego de palavras que se originam de outra Língua estrangeira e não possuem uma palavra correspondente a ela na nossa Língua, apontadas em nossas normas gramaticais como um vício de linguagem, e que sua pronúncia e escrita não sofre qualquer alteração”. Já Freitas et al. (2003:2) aplicam o termo *estrangeirismo*<sup>4</sup> “a todas as palavras estrangeiras que não estão integradas no léxico do português”. Portanto, os estrangeirismos entram na língua portuguesa, sobretudo nos dias de hoje com o avanço da ciência, tecnologia, moda e outras manifestações culturais, a partir de diversas línguas, destacando o inglês (anglicismos), castelhano (castelhanismos), francês (galicismos), alemão e algumas línguas africanas (línguas bantu).

---

<sup>3</sup> Cf. os exemplos 5, 6, 7, 8, 9, 10.

<sup>4</sup> Neste trabalho, assumimos o conceito de Freitas et al., embora seja restrito.

Os comentários apresentados acima servem somente para dar uma visão geral dos *estrangeirismos*, na medida em que não se pretende apresentar um estudo exaustivo desta temática neste trabalho, pois o nosso foco está no uso do hífen nas palavras estrangeiras latinas, inglesas e francesas.

Vão apresentar-se, agora, alguns exemplos de estrangeirismos retirados do DIPEL, nos quais se verificou uma variação na escrita, quando confrontados com o que está registrado nos instrumentos de normalização linguística de origem. Dito de outro modo, algumas palavras aparecem com hífen no DIPEL e sem hífen nos dicionários ou prouros; outras palavras são apresentadas com hífen nos dicionários ou prouros, mas no DIPEL aparecem sem hífen ou apresentam variação no seu uso.

Observe-se algumas ocorrências identificadas no DIPEL:

7. **Latinas:** *in-extremis* (p.50 e 520), *lana-caprina* (p.284), *ipsis-verbis* (p.522), *ipso-facto* (p. 522);
8. **Inglesas:** *best-seller* (p.210), *big-bang* (p.211), *big-data* (p.211), *stand-by/standby* (p.419), *top-ten* (p.571), *feed-back* (p.466), *free-lancer* (p.494), *low-profile* (p.583), *e-mails* (p. 586), *non-sense* (p.568), *off-the-record* (p.594), *off-side* (p.594);
9. **Francesas:** *hors-d'oeuvre* (p.518).

Como se vê nos exemplos acima, as palavras e expressões estrangeiras escritas são oriundas de três línguas: latim (latinismos), inglês (anglicismos) e francês (galicismos). Quanto aos latinismos, todos apresentam uma ortografia inadequada, ou seja, a escrita dessas palavras não está em conformidade com os instrumentos normativos dessa língua consultados. Segundo Pinto (2011) as formas adequadas são *in extremis*, *lana caprina*, *ipsis verbis*, *ipso facto*. Nos anglicismos, apenas duas palavras podem ser escritas com ou sem hífen: *best-seller/bestseller* e *e-mails/emails* (cf. os dicionários *Longman* e *Oxford*). Os outros vocábulos, *big bang*, *big data*, *standby*, *top ten*, *feedback*, *freelancer*, *low profile*, *nonsense*, *off the record*, *offside*, nos dicionários *Longman* e *Oxford*, aparecem escritos sem o hífen. Já a expressão francesa *hors d'oeuvre* escreve-se sem hífen (cf. *Petit Robert*). Em suma, estas são as propostas que considero serem as mais adequadas para essas ocorrências. As propostas de revisão apresentadas para os anglicismos são as que nós decidimos adotar neste relatório em função das fontes que consultamos, mas não constituem a única

possibilidade, porque, como se sabe, ao contrário do português, o inglês não tem uma norma ortográfica rígida no que respeita ao uso do hífen, ocorrendo muita variação.

#### **4.1.3.2. Em palavras prefixadas ou compostas portuguesas**

O enriquecimento do léxico, conjunto ilimitado de palavras usadas numa língua, também se faz, além da incorporação de palavras oriundas de outras línguas, através dos processos morfológicos de formação de palavras, nomeadamente a derivação, em que se modifica a estrutura de uma palavra “quer por adjudicação de um prefixo — prefixação, quer por adjunção de um sufixo — sufixo (Villalva 1990: 414)”; a composição, que resulta da associação de palavras ou radicais; e a conversão, formada a partir de “uma única palavra, cuja forma não é modificada, mas à qual é atribuído um novo estatuto gramatical” (*ibidem*). Esta secção concentrar-se-á na análise dos exemplos de uso indevido ou do não uso do hífen entre os elementos de palavras prefixadas e compostas. Consideraremos ainda outros casos identificados no DIPEL: locuções adverbiais, algumas sequências com a estrutura modificador + modificado e o verbo *haver de*.

Vejamos alguns exemplos:

- 10.** Derivadas: *contra-pelo* (p.14), *extra-muros* (591);
- 11.** Compostas: *bicho de sete cabeças* (p.211), *cu-de-judas* (p.513), *mal avindo* (p.259), *mal enjorcada* (p.285), *momento chave* (p.569);
- 12.** Locuções (adverbiais): *de terra-em-terra* (p.99), *grão-a-grão* (p.508);
- 13.** Sequências modificador + modificado: *mau-humor* (p.100), *meio-zangado* (p.108);
- 14.** Verbo *haver* + *de*: *há-de* (p.512).

De acordo com AO de 1990 (Base XVI, 1.º Artigo), em (10), os vocábulo *contrapelo* e *extramuros* devem ser escritos sem hífen por serem palavras derivadas em que os prefixos *contra-* e *extra-* possuem características constantes, ou seja, estes prefixos, por regra, associam-se a uma base, que pode ser constituída por um radical ou por uma sequência de radicais.

Em relação às locuções *bicho de sete cabeças* e *cu de Judas*, em (11), há alguma variação. Em alguns instrumentos linguísticos, como o Dicionário da Porto Editora *online*, são registadas sem hífen, seguindo o 6.º ponto da Base XV do AO (1990), como consta nesse passo: “nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais,

adverbiais [...], não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso”. No entanto, no Dicionário *Priberam*, também *online*, *bicho de sete cabeças* encontra-se escrita com hífen. Diante dessa realidade, optei por escrever os termos com hífen e outro sem hífen (*bicho-de-sete-cabeças* e *cu-de-Judas*). A meu ver, cabe ao revisor mostrar as várias possibilidades existentes de escrever estas locuções ao autor do texto e, juntos, optar por aquela que se vai ajustar ao público-alvo. Já *mal-avindo*, *mal-enjorcada* e *momento-chave*, que formam compostos ou unidades sintagmáticas e semântica, devem ser escritas com hífen (cf. AO, Base XV, 6.º Artigo).

*Terra em terra* e *grão a grão*, em (12), escrevem-se sem hífen, porque, segundo o AO de 1990, em geral, não se pode empregar o hífen em qualquer tipo de locuções, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, conjuncionais, prepositivas ou adverbiais, com exceção de algumas consagradas pelo uso (cf. Base XV, 6.º Artigo).

Os vocábulos *mau humor* e *meio zangado*, em (13), escrevem-se sem hífen, por constituírem uma sequência formada por modificadores e modificados.

Em 14, *há-de* escreve-se sem hífen, porque já não se emprega o hífen nas ligações da preposição *de* às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver* (cf. AO de 1990, Base XVII, 2.º Artigo).

#### **4.1.4. Pontuação**

A linguagem escrita, como a oral, é usada para muitas atividades sociais, como, por exemplo, escrever mensagens telefônicas, cartas, correios eletrônicos, uma receita culinária, ou ainda desenvolver atividades mais complexas como escrever dissertações, teses, relatórios, resumos, fazer citações nos trabalhos acadêmicos ou mesmo escrever um livro. Muitas vezes, para facilitar a leitura ao recetor e a compreensão desses produtos, é necessário que os sinais de pontuação — a vírgula, o ponto, ponto e vírgula, ponto de exclamação e de interrogação, entre outros — estejam bem empregados.

Catach (*apud* Bechara 2009:604) entende que os sinais de pontuação formam um “sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes dos discursos e das pausas orais e escritas.” Bechara (2009:604) acrescenta que a pontuação pode ser compreendida em sentido lato e em sentido restrito.

No DIPEL foram registados problemas relacionados com a pontuação. Dito de outro modo, foram identificados casos em que se devia usar algum sinal de pontuação ou em que se verificou um uso indevido de qualquer sinal de pontuação. Assim, passemos a apresentar alguns exemplos relacionados com o uso desses sinais.

#### **4.1.4.1. Vírgula**

Apresentam-se abaixo alguns exemplos de casos em que se deveria usar a vírgula:

15. *A escola não tem nos horários dos anos tempos sem aulas ou atividades (p.16);*
16. *À medida que o tempo avança o indivíduo fica mais fragilizado (p. 19);*
17. *Chuva que ao cair do sol faz bem à agricultura (p.52);*
18. *Desejava-a (s) mas não posso lá chegar. (p.56);*
19. *Ah sua magana! (p.56);*
20. *Ai tio! (p.58);*
21. *Amizade que por força das circunstâncias ainda não está firme (p.68);*

Para estes casos, propôs-se a seguinte revisão:

22. *A escola não tem, nos horários dos anos, tempos sem aulas ou atividades (p.16);*
23. *À medida que o tempo avança, o indivíduo fica mais fragilizado na sua saúde (p. 19);*
24. *Chuva que, ao cair do sol, faz bem à agricultura (p.52);*
25. *Desejava-a (s), mas não posso lá chegar. (p.56);*
26. *Ah, sua magana! (p.56);*
27. *Ai, tio! (p.58);*
28. *Amizade que, por força das circunstâncias, ainda não está firme (p.68);*

Usou-se a vírgula, em (15), para isolar o modificador *nos horários dos anos* intercalado na frase; em (16), para separar a oração adverbial temporal *à medida que o tempo avança*, que está antes da subordinante; em (17 e 21), para isolar os modificadores adverbiais *ao cair do sol* e *por força das circunstâncias*, que se encontram dentro das orações relativas adjetivas (cf. Bechara 2009). Já em (18), usou-se a vírgula, porque, segundo Cunha & Cintra (2015:811), esta se emprega sempre antes das conjunções coordenativas adversativas (*mas, porém, todavia, contudo, entretanto*).

Em (19) e (20), empregou-se a vírgula para isolar o vocativo (cf. Bechara 2009; Cunha & Cintra 20015; e Azeredo 2012).

#### 4.1.4.2. Ponto

Além da vírgula, também se identificou problemas relacionados com o uso do ponto. Azeredo (2012:524) entende que “o ponto assinala normalmente o fim de uma sequência declarativa de sentido completo sob forma de período sintático”. Cunha & Cintra (2015) e Bechara (2009) partilham da mesma ideia. Assim, sendo que a maior parte das explicações dos verbetes formam frases, devia usar-se o ponto no fim obrigatoriamente e a letra maiúscula no início dessas explicações que formam frases, o que não se verificava ao longo de todo o texto revisado, tal como se observa nos exemplos abaixo sinalizados pelas setas:

Observe-se o exemplo (29) abaixo, com especial atenção para aqueles que são indicados pelas setas e pelos “quadrados”:

29.

âguas passadas não movem moinhos  
o passado já não conta.

carteira bem recheada  
carteira que contém bastante dinheiro

casa à cunha  
casa cheia

casa arrombada, trancas na porta  
depois de ser assaltado é que se lembra da segurança do património

casa às moscas  
habitação fechada, sem utilização ou estabelecimento comercial com poucos clientes

casa assombrada  
casa habitada, possuída ou visitada por fantasmas

casa com um alto pé direito  
habitação com compartimentos com bastante altura entre o soalho e o teto

casa da Joana  
casa onde reina a confusão, onde não há regras nem disciplina

casa da mãe Joana  
lugar onde impera a desordem e falta de arrumação

## **4.2. Sintaxe**

Na subsecção 4.1, falou-se sobre alguns aspetos ligados à ortografia. Nesta subsecção, o nosso foco será examinar aspetos relacionados com a sintaxe, na qual se analisará concretamente problemas relacionados com as concordâncias e a contração de preposições identificados no DIPEL, uma vez que se trata de estruturas que não estão em conformidade com os pressupostos sintáticos apresentados nos instrumentos linguísticos consultados durante o processo de revisão e que, nesta subsecção, serão analisados de acordo com a norma-padrão do português europeu.

Bechara (2009:54) define a sintaxe como um “estudo das combinações materiais ou [das] funções sintáticas”, ou seja, a sintaxe é uma componente da gramática que é vocacionada para o estudo das inter-relações das palavras e das frases num texto. Mateus partilha da mesma opinião e acrescenta que essa componente é importante no domínio da consultoria e revisão linguística, como se pode comprovar no passo transcrito.

“A sintaxe dedica-se ao estudo das relações que as palavras mantêm entre si nas frases e das frases no discurso. Os géneros discursivos nascem desse processo de inter-relação de palavras e frases. O domínio da Sintaxe é, portanto, essencial na análise e revisão linguística, em função das múltiplas possibilidades e dos contextos de circulação de palavras e frases num texto (Mateus 2013:9).”

### **4.2.1. Concordâncias**

Peres & Mória (1995:449) referem que “a boa formação de uma frase ou de um discurso depende, entre outros factores, da conformidade com as normas sintáticas que regulam a ligação entre os seus vários elementos”. Recordam “igualmente que uma parte importante das regras sintáticas da maioria das línguas consiste naquilo que podemos designar por regras de concordância”.

Para Bechara (2009), a concordância, em português, diz respeito à adaptação das palavras determinantes ao género, número e pessoa dos vocábulos determinados.

Cunha & Cintra (2015:620) referem que “a concordância é um processo gramatical que consiste na partilha de traços flexionais de pessoa, género ou número, marcando, assim, uma relação sintática entre diferentes constituintes”.

Neste trabalho, a concordância foi, dos aspetos considerados para análise, aquela que registou menos ocorrências na revisão do DIPEL. Apenas foram identificados alguns problemas desse domínio no interior de alguns sintagmas.

Segundo (Pinto 2011), o adjetivo concorda com o nome:

- I. Quando caracteriza um único nome, concordando com ele em género e número;
- II. Quando caracteriza vários nomes do mesmo género; nesse caso, vai para o género desses nomes e para o plural;
- III. Quando caracteriza nomes de géneros diferentes e também números diferentes; nesse caso, vai para o masculino plural.

Observe-se alguns exemplos retirados de Pinto (2011: 39 e 40):

**30.** *Tivemos pena do cão abandonado;*

**31.** *Comprei uma camisola, uma blusa e uma saia lindíssimas;*

**32.** *Passaram três cavaleiros e uma dama muito apressados.*

Durante o estágio, encontrei também desvios de concordância entre determinantes e os nomes. Eis alguns exemplos:

**33.** *Ficar com os honrarias (p.167);*

**34.** *Casamento e mortalha nos céu [...] (p.260);*

**35.** *Ser pessoa zangada, mal-humorado, irritadiço (p.906);*

**36.** *Reflexão noturno (p.312).*

Nos exemplos apresentados em (33) e (34), vê-se a existência de dois sintagmas preposicionais (*com os honrarias* e *nos céu*), no qual se encontram as preposições *com* e *em*, seguidas de sintagmas nominais constituídos pelos determinantes artigos definidos masculinos plurais *os* e pelo nome feminino plural *honrarias* e o nome masculino singular *céu*, respetivamente. Nestes sintagmas nominais, os determinantes devem concordar em género e em número com os nomes que se lhes seguem, ou seja, em *os honrarias*, o determinante deve concordar em género com o nome *honrarias* e em *nos céu* o determinante deve concordar em número com o nome *céu*.

Quanto às frases em 35 e 36, não há concordância de género entre o nome, que é feminino em ambos os casos, e os três adjetivos que ocorrem no masculino. Em 35, a complexidade da estrutura frásica pode levar-nos a duas interpretações. A primeira tem que ver com a possibilidade de os três adjetivos estarem a ser usados, numa estrutura de

coordenação assindética, como modificadores do nome *pessoa*, devendo, neste caso, concordar em género e número com o nome: *ser pessoa zangada, mal-humorada, irritadiça*. A outra possibilidade é considerar que estão a ser fornecidas três aceções diferentes da expressão que está a ser definida (sendo estas aceções separadas por vírgula): *ser pessoa zangada, (ser) mal-humorado, (ser) irritadiço*. Neste caso, os adjetivos *mal-humorado* e *irritadiço* são usados como predicativos do sujeito e não devem concordar com o nome *pessoa* em género. Acreditando que a primeira análise é a que melhor corresponde à intenção do autor, propomos a correção apresentada em (39). Em (36), o adjetivo *noturno* deve concordar em género com o nome *reflexão*, confira-se a nossa proposta em (40).

Finalizo esta discussão, apresentando a minha proposta.

37. *Ficar com as honrarias.*

38. *Casamento e mortalha no céu [...].*

39. *Ser pessoa zangada, mal-humorada, irritadiça.*

40. *Reflexão noturna.*

#### 4.2.2. Contração de preposições

Quanto à contração de preposições, Peres & Mória (1995:222) referem que, quando a preposição *de* faz parte de uma oração complemento e o artigo ou o pronome em causa (*o* ou *ele*) faz parte de um sintagma nominal integrado nessa frase, que ocorre imediatamente a seguir à preposição, deve separar-se a preposição *de* do artigo ou do pronome, como está patente nos exemplos em (41) e (42).

41. Isto depende de o Paulo querer ou não.

42. Isto depende de ele querer ou não.

Porém, quando o artigo ou o pronome fizer parte de um sintagma nominal que não pertence a uma oração complemento e que dependa diretamente da preposição, formando com ela um argumento ou modificador, contrai-se o *de* com o artigo ou pronome, como se pode observar nos exemplos abaixo<sup>5</sup>.

43. <sup>6</sup>Conheço alguns amigos do Paulo.

---

<sup>5</sup> Estes exemplos, no livro de Peres & Mória (1995:222), correspondem aos exemplos 758 e 759.

<sup>6</sup> Estes correspondem aos exemplos 760 e 761.

**44.** Estes são amigos do peito.

No DIPEL, identificou-se uma frase com um desvio deste tipo. Menciona-se o exemplo abaixo, seguida da proposta de revisão:

**45. a.** Forma do marido falar da esposa (p.22)

b. Forma de o marido falar da esposa.

Reconhecemos que a perspetiva da nossa proposta de revisão é normativa, uma vez que segue os instrumentos normativos de português que consultámos. Consideramos que esta é a perspetiva que melhor se adequa ao género do texto trabalhado, pois é um dicionário. Porém, se fosse um género textual diferente deste, talvez não fosse necessário intervir nesta frase, uma vez que essa construção é muito frequente entre os falantes do português de todos os níveis sociais e académicos.

### **4.3. Outros problemas identificados**

Nesta parte do trabalho, descrevem-se outros problemas identificados durante o estágio no DIPEL que, a meu ver, são importantes e que não podem deixar de ser analisados de forma breve, nomeadamente, o uso do itálico e a desarticulação do significado de uma expressão.

#### **4.3.1. Uso do itálico**

Os instrumentos consultados, como, por exemplo Pinto (2011), Bechara (2009) e Azeredo (2012), não apresentam divergências no uso do itálico com estrangeirismos, ou seja, todos apresentam a obrigatoriedade de assinalar as palavras estrangeiras com itálico. Sendo assim, sugeri italicizar todas as ocorrências de palavras e expressões estrangeiras no DIPEL.

Apresento algumas palavras aqui no exemplo abaixo:

**46.** *in extremis* (p.50), *lana caprina* (p.284), *ipsis verbis* (p.522), *ipso facto* (p.522), *best seller* (p.210), *big bang* (p.211), *big data* (p.211), *standby* (p.419), *top ten* (p.571), *feedback* (p.466), *freelancer* (p.494), *low profile* (p.583), *e-mails* (p.586), *nonsense* (p.568), *off the record* (p.594), *offside* (p.594), *waterproof* (p.1063), *workshop* (p.1063), *hobby*, (p.1050), *speed* (p.1008), *self-made man*, (p.829), *puzzle* (p.789) *post-scriptum* (p.772), *part-time* (p.718), *opinion makers* (p.698), *mutatis mutandis* (p.636), *duty free* (p.583), *know-how* (p.553) e *habeas corpus* (p.512).

### 4.3.2. Desarticulação do significado

**Expressão:** *a posteriori* (p.27)

**Significação proposta:** *a partir de, que está antes...*

Segundo Pinto (2011:366), a expressão latina *a posteriori*, que aparece com o sentido de *a partir de, que está antes* no DIPEL, está desarticulada com o seu verdadeiro significado, ou seja, a expressão em análise nos instrumentos linguísticos tem a aceção de *pele que vem depois; pelas razões que aparecerão depois; do efeito para causa*.

Resumindo a nossa abordagem, dos tópicos selecionados para a análise, a ortografia é a área que teve maior intervenção do revisor durante o estágio, porque, com a entrada em vigor do AO de 1990 em 2009, em Portugal, esta é uma área que sofreu muitas alterações, sobretudo no domínio da acentuação gráfica, do uso do hífen e das maiúsculas e minúsculas. Quanto à sintaxe, embora houvesse menos ocorrências, porque o género do material revisado não nos oferece uma cadeia sintática de grande dimensão em termos de construção de períodos, os problemas identificados são relevantes para a construção textual, pois, quando não são observados no processo de revisão, fazem com que a linguagem escrita e o próprio texto percam qualidade, podendo dificultar a compreensão do texto. No quadro abaixo, apresentou-se uma síntese dos fenómenos que foram discutidos nesta secção.

**Quadro n.º 1: problemas linguísticos identificados no DIPEL durante o processo de revisão**

Área do conhecimento	Fenómenos analisados	Secção de ocorrência	Língua de ocorrência	N.º de ocorrência	Total de n.º de ocorrência	Total de casos por área
Ortografia	Uso do hífen	em estrangeirismos	latinas	3	157	462
			inglesas	11		
			francesas	1		
	Acentuação gráfica	em palavras portuguesas		142	144	
			agudas	39		
			graves	78		

		esdrúxulas		9	118	
		duplo acento gráfico		18		
	<b>Maiúsculas</b>			25		
	<b>Minúsculas</b>			93		
<b>Pontuação</b>	<b>Vírgula</b>			43	43	
	<b>Ponto</b>			Todo o texto		
<b>Sintaxe</b>	<b>concordâncias</b>	Adjetivo - nome		2	6	6
		Artigo - nome		2		
	<b>Contração de preposições</b>			2		
<b>Outros casos</b>	<b>Uso do itálico</b>			163	163	164
	<b>Desarticulação do significado</b>			1	1+	
<b>Total geral dos problemas linguísticos identificados no DIPEL</b>						<b>632</b>

## **5. Considerações finais**

Este relatório é o resultado de um percurso de muita aprendizagem no domínio da consultoria e da revisão de textos e teve como objetivos descrever a experiência vivida nos três meses de estágio, que me permitiu articular os conhecimentos teóricos a práticas de revisão de textos, bebendo do saber dos mais experimentados na área, e fazer uma reflexão crítica acerca dos problemas identificados no material com o qual trabalhei.

A revisão do DIPEL exigiu mais atenção e maior intervenção nos domínios da ortografia e da sintaxe, incidindo sobre o uso do hífen, a acentuação gráfica, o uso de maiúsculas e de minúsculas, da vírgula e do ponto, concordâncias e outros aspetos. Foi uma grande experiência, porque tive a oportunidade de interagir com profissionais de diferentes áreas do saber e conhecer como são produzidos os livros e outros materiais didáticos e como cultivar as relações interpessoais no local de trabalho.

Permitiu-me também ter em conta a complexidade no trabalho diário do revisor, pelo facto de alguns profissionais pensarem que o revisor domina todas as áreas do saber e outros pensarem que o trabalho do revisor é simplesmente corrigir palavras mal escritas num texto. Além disso, também tive dificuldades no que diz respeito aos instrumentos de normalização e de divulgação linguística de referência à disposição no local de trabalho. Muitas vezes, para tirar dúvidas ou propor algumas soluções, era obrigado a ir à biblioteca consultar alguns instrumentos de referência, porque na empresa não havia esta ou aquela gramática, dicionário ou prontuário, para solucionar um problema imediatamente, pois a Internet nem sempre nos proporciona o que se quer no que tange à revisão.

O género textual também foi outra dificuldade, por ser uma novidade para mim, pois havia unidades lexicais ou expressões que nunca utilizara nem das quais ouvira falar, ou o seu contexto era totalmente diferente do que eu conhecia; no entanto, houve necessidade de redobrar o esforço para entender esses vocábulos ou expressões.

A reflexão crítica sobre os problemas identificados no DIPEL ajudou-me a consolidar o manuseio dos instrumentos normativos e de divulgação linguística e os princípios básicos de investigação científica.

## Referências bibliográficas

- Azeredo, J. C. (2012). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. S. Paulo: Publifolha.
- Bechara, E. (2009). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira & Editora Lucerna.
- Bronckart, J. (1997/1999). *Atividade de Linguagem, Textos e Discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC.
- Cunha, C & L.F. Lindley Cintra. (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Cunha, C & L.F. Lindley Cintra. (2015). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Figueirinhas.
- Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa: instrumentos de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Fidalgo, M. F. G. M. (2014). *Guia para Revisores de Texto: uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida*. Trabalho de Projeto de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística. Lisboa: FCSH-UNL.
- Freitas, T., M. C. Ramilo & E. Soalheiro. (2005). O Processo de Integração dos Estrangeirismos no Português Europeu. In M.H.M. Mateus e F. B. Nascimento (eds.). *In A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa: Caminho, 37-49.
- Gonçalves, C., Ferreira C. et ali. (2011). O Uso de Estrangeirismo na Língua Portuguesa. *Revela: Periódico e Divulgação Científica da FALS*, X. (consultado em janeiro 2019, disponível em [www.academia.edu](http://www.academia.edu)).
- Mateus, C. (2013). *Estágio na HMR – Health Market Research*. Relatório de Estágio de Mestrado em Consultório e Revisão Linguística. Lisboa: FCSH-UNL.
- Monteiro, M. (2018). *Por Amor à Língua: contra a linguagem que por aí circula*. Lisboa: Objectiva.
- Peres, J. & T. Mória. (1995 (2003)). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Portugal: Editorial Caminho.

Valadares, F. B. (2014). *Estrangeirismos: uma tese para variação e mudança linguística*. *Revista Vozes dos Vales*, 06. (consultado em janeiro 2019, disponível em [www.unvjm.edu.br/vozes](http://www.unvjm.edu.br/vozes)).

Villalva, Alina. (1990). Morfologia. In Mateus M. H. Mira, Amélia Andrade e Maria do Céu Viana (eds.) *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, 413-498.

### **Dicionários e outros documentos consultados**

*Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990). (consultado em outubro 2018, disponível em [www.portoeditora.pt/acordo-ortografico](http://www.portoeditora.pt/acordo-ortografico)).

*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa*. (2001). Lisboa: Editorial Verbo.

*Dicionário Priberam de Língua Portuguesa* (consultado de outubro de 2018 a março de 2019, disponível em disponível em <https://dicionario.priberam.org/>).  
*Dicionário Terminológico* (consultado em fevereiro de 2019, disponível em disponível em <http://dt.dge.mec.pt/>)

Figueiredo, C. de (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Venda Nova: Bertrand.  
Hornby, A. S. (1948). *Oxford Advanced Learns Dictionary of Current English*. Oxford: Oxford University Press.

Houaiss, A. et al. (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates.

*Infopédia Dicionário da Língua Portuguesa* (em linha). (2003-2018). Porto: Porto Editora. (consultado de outubro 2018 a março de 2019, disponível em disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>).

*Le Nouveau Petit Robert: Dictionnaire Alphabétique et Analogique de la langue française*. (2007). Paris: Petit Robert.

*Longman Dictionary of Contemporary English*. (2014). Pearson Education Limited.  
Machado, J. P. (1991). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Publicações Alfa.

Pinto, J. M. (2011). *Novo Prontuário Ortográfico*. Lisboa: Plátano Editora.

Silva, A. (1961 (1980)). *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa* (Vols. 1-5).  
Confluência/Livros Horizonte.

**Página de internet consultada**


Portal Ciberdúvidas:

- sobre o tema do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/acordo/pagina/1>



## Anexo 2: Protocolo de estágio

**FCSH** FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA 

Modelo PEIC.10

**PROTÓCOLO DE ACORDO ENTRE  
A FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
E SOREGRA EDITORES**

A entrada em vigor do Processo de Bolonha adotou novos modelos de organização do ensino superior. Esta organização implica, entre outras, um sistema baseado no desenvolvimento de competências. \_\_\_\_\_  
Neste sentido, os estudantes do 2º ciclo (cursos de Mestrado), na componente não letiva do curso, podem realizar um estágio que garanta o desempenho de funções de carácter profissional relevantes e envolvam a aplicação prática de conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na parte curricular do Mestrado. \_\_\_\_\_  
O estágio deverá ter lugar numa instituição pública, privada, cooperativa ou associativa, cujo objeto social ou estrutura, integre Departamentos que se enquadrem na área do saber do Mestrado. \_\_\_\_\_

Entre a Universidade Nova de Lisboa, com o Número de Identificação Fiscal 501 559 094, através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, n.º 26 C, 1059-061 Lisboa, doravante designada por FCSH/UNL, neste ato representada pela sua Subdiretora da FCSH/UNL, por delegação de competências, Professora Doutora Maria Antónia Coutinho, figurando como 1º outorgante, e a Soregra Editores, sita na Rua Prof. Dr. Jorge Mineiro, 28-A, Queluz de Baixo, 2730-147 Barcarena, pessoa coletiva com o Número de Identificação Fiscal 502852933, figurando como 2º outorgante e neste ato representada por Ricardo Manuel da Silva Ribeiro, é celebrado o presente protocolo, que tem por objetivo estabelecer as condições em que o aluno João Afonso, residente no Colégio Universitário Pio XII, Avenida das Forças Armadas, 1600-083 Lisboa, portador do Passaporte nº N2033157, do curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, área de especialização em Consultoria e Revisão Linguística, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ministrado por esta instituição, nº de aluno 54278, frequentará um estágio na Soregra Editores, nos termos e nas cláusulas que estipulam e reciprocamente aceitam: \_\_\_\_\_

**Artigo 1º**

O 2º outorgante compromete-se a promover um estágio curricular na Soregra Editores, sita na Rua Prof. Dr. Jorge Mineiro, 28-A, Queluz de Baixo, 2730-147 Barcarena, no Departamento editorial. \_\_\_\_\_

**Artigo 2º**

O estágio tem de ser enquadrado por um plano de estágio definido, em colaboração, pelo responsável indicado pelo 2º outorgante e aceite pelo 1º, por um orientador da FCSH/UNL, pertencente ao quadro docente do Mestrado e pelo

PROTÓCOLO DE ESTÁGIO CURRICULAR DO 2º CICLO - MESTRADO

1



*Handwritten initials and a checkmark.*

aluno. Cabe ao docente a validação da correspondência do plano de estágio aos objetivos que foram atribuídos ao aluno como componente não letiva para a obtenção do grau de mestre. -----

**Artigo 3º**

No final do estágio, o estagiário deverá apresentar ao 1º Outorgante um relatório que compreenderá uma reflexão crítica e informada da atividade realizada no seu âmbito, de acordo com os parâmetros estabelecidos no regulamento interno da componente não letiva do curso de mestrado.

Durante a sua elaboração, este deve ter um acompanhamento tutorial pelo orientador de 16 horas presenciais na FCSH.

O relatório, quando finalizado, deve ser acompanhado por um parecer do responsável pelo estágio na instituição de acolhimento. -----

**Artigo 4º**

O estágio não determina o surgimento de qualquer relação jurídica entre o(a) estagiário(a) e o 2º outorgante, não se estabelecendo com o seu início e subsistência qualquer vínculo laboral ou de prestação de serviço. -----

**Artigo 5º**

O estagiário não é, assim, trabalhador da Soregra Editores, nem o 2º outorgante entidade patronal relativamente àquele, pelo que não tem o mesmo nenhum dos direitos conferidos aos vinculados através de contrato de trabalho. O estagiário expressamente reconhece e aceita tal circunstância para todos os efeitos legais. -----

**Artigo 6º**

O estágio terá uma duração de 3 meses, com início previsto em 01 de outubro de 2018, e término em 20 de dezembro 2019, com um total de 400 horas, de acordo com o regulamento do curso de Mestrado em Ciências da Linguagem.

**Artigo 7º**

Em caso de força maior e devidamente justificado, o 2º outorgante reserva-se o direito de interromper ou extinguir o estágio, sem que desse facto decorra para o 1º outorgante ou para o estagiário o direito a qualquer reclamação ou indemnização. -----

**Artigo 8º**

O estagiário, durante e após o estágio, obriga-se a manter sigilo rigoroso quanto às informações utilizadas que o 2º outorgante entender não tomar públicas, sob pena de ressarcimento ao 2º Outorgante de quaisquer prejuízos causados. -----

**Artigo 9º**

O 2º Outorgante não se responsabiliza, durante o período de estágio, por quaisquer acidentes sofridos pelo estagiário resultantes quer do contacto com meios utilizados, quer do transporte em viaturas do serviço, dado que se verifica a cobertura daqueles riscos através do seguro de acidentes pessoais facultado pelo 1º Outorgante. \_\_\_\_\_

Artigo 10º

O 2º outorgante facultará ao estagiário o direito à utilização das suas cafetarias e refeitório nas condições estabelecidas com os trabalhadores. \_\_\_\_\_

Artigo 11º

O estagiário obriga-se a respeitar as regras de funcionamento internas da instituição de acolhimento. \_\_\_\_\_

Artigo 12º

O 2º Outorgante tem o direito opcional de remunerar o estagiário e participar nas despesas de transporte e refeição do mesmo.

Artigo 13º

Os outorgantes reconhecem que o estágio, objeto deste protocolo, constitui parte integrante do Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, área de especialização em Consultoria e Revisão Linguística, da FCSH/NOVA \_\_\_\_\_

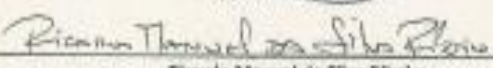
Lisboa, 11 de setembro de 2018.

O 1º Outorgante: FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

  
\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Maria Antónia Coutinho, Subdiretora


  
SÓ REGRA EM CASO DE NECESSIDADE

O 2º Outorgante:

  
\_\_\_\_\_  
Ricardo Manuel da Silva Ribeiro

O ESTAGIÁRIO

O Estagiário:

  
\_\_\_\_\_  
João Afonso